

TECNOLOGIAS DIGITAIS E INCLUSÃO RACIAL: CAMINHOS PARA A EQUIDADE NO AMBIENTE EDUCACIONAL BRASILEIRO

DIGITAL TECHNOLOGIES AND RACIAL INCLUSION: PATHS TO EQUITY IN THE BRAZILIAN EDUCATIONAL ENVIRONMENT

Cíntia Gomes da Silva Manoel Pinto

MUST University, Estados Unidos

Rafael Aurélio Purcina

MUST University, Estados Unidos

Alexsandra Lima Oliveira da Silva

MUST University, Estados Unidos

Lina Michele Santos Freitas Pereira

MUST University, Estados Unidos

Geilson Freire da Silva

MUST University, Estados Unidos

Márcia Cristina Silva Mendonça

MUST University, Estados Unidos

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/6cr4eq26>

Publicado em: 01.03.2025

Resumo: A incorporação das tecnologias digitais na educação tem potencial para transformar práticas pedagógicas, ampliar vozes historicamente silenciadas e contribuir para a promoção da equidade racial. No entanto, tal potencial não se concretiza sem tensionamentos. Este artigo tem como objetivo geral analisar como as tecnologias digitais podem ser utilizadas como ferramentas pedagógicas na promoção de uma educação antirracista. A pesquisa adota abordagem bibliográfica e documental, apoiando-se em autores contemporâneos que discutem currículo, tecnologia e relações étnico-raciais. Os resultados apontam que, embora a cultura digital escolar possa ser espaço de reconhecimento e valorização da diversidade, ela também pode reproduzir estereótipos raciais e desigualdades estruturais. A resistência pedagógica mediada pela tecnologia exige formação docente crítica, políticas públicas efetivas e um currículo sensível às multiplicidades culturais. Este estudo sugere que o uso antirracista das tecnologias digitais é um caminho viável, embora desafiador, para uma educação comprometida com a justiça social. O aprofundamento desta temática em contextos escolares específicos pode fortalecer práticas transformadoras e ampliar o debate sobre equidade digital e racial.

Palavra-chave: Educação antirracista. Tecnologias digitais. Currículo. Cultura digital. Equidade racial.



Abstract: The incorporation of digital technologies in education has the potential to transform pedagogical practices, amplify historically silenced voices, and contribute to the promotion of racial equity. However, such potential does not materialize without tensions. This article aims to analyze how digital technologies can be used as pedagogical tools in promoting an anti-racist education. The research adopts a bibliographic and documentary approach, drawing on contemporary authors who discuss curriculum, technology, and ethnic-racial relations. The results indicate that, although the school digital culture can serve as a space for recognition and appreciation of diversity, it can also reproduce racial stereotypes and structural inequalities. Pedagogical resistance mediated by technology requires critical teacher training, effective public policies, and a curriculum sensitive to cultural multiplicities. This study suggests that the anti-racist use of digital technologies is a viable, though challenging, path toward an education committed to social justice. Deepening this theme in specific school contexts may strengthen transformative practices and broaden the debate on digital and racial equity.

Keywords: Anti-racist education. Digital technologies. Curriculum. Digital culture. Racial equity.

1 Introdução

O avanço das tecnologias digitais transformou profundamente os modos de ensinar e aprender, reconfigurando não apenas as dinâmicas escolares, mas também as formas de sociabilidade e produção do conhecimento. Em meio a esse cenário, emerge o desafio de articular tais ferramentas às práticas pedagógicas voltadas à justiça social, sobretudo no que tange à promoção da equidade racial. As escolas, marcadas historicamente por processos de exclusão e invisibilização de identidades negras, encontram na cultura digital um campo de disputas simbólicas, que pode tanto aprofundar desigualdades quanto promover novas possibilidades de resistência e reconhecimento.

A discussão sobre educação antirracista, especialmente após a promulgação da Lei 10.639/03, tornou-se pauta necessária no debate educacional brasileiro. Entretanto, a sua implementação ainda encontra resistências, particularmente no que se refere à articulação entre currículo, tecnologia e relações étnico-raciais. A presença das tecnologias digitais nas escolas não tem sido suficiente, por si só, para promover mudanças estruturais. Sem uma mediação crítica e intencional, tais recursos podem perpetuar práticas excludentes, invisibilizando narrativas afro-brasileiras e reforçando padrões eurocêntricos de conhecimento.

É nesse entrelaçamento entre tecnologia, currículo e raça que se insere o presente estudo, que propõe investigar como as tecnologias digitais podem ser integradas de maneira crítica e transformadora à educação antirracista. A relevância dessa análise reside na constatação de que a inclusão digital, para além do acesso técnico, envolve disputas epistemológicas, afetivas e políticas. Os ambientes digitais escolares não são neutros: carregam ideologias, algoritmos e representações que precisam ser compreendidas e tensionadas.

Ao buscar compreender os limites e possibilidades da educação antirracista mediada por tecnologias, este trabalho justifica-se por seu potencial de contribuir com práticas pedagógicas mais inclusivas e comprometidas com a equidade racial. Trata-se de reconhecer a escola como espaço estratégico de formação cidadã e transformação social, onde o uso crítico das tecnologias pode ampliar vozes, visibilizar histórias e reconfigurar relações de poder.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar como as tecnologias digitais podem ser utilizadas como ferramentas pedagógicas na promoção de uma educação antirracista. Para isso, foram definidos dois objetivos específicos: investigar como a cultura digital pode atuar na valorização das identidades negras e compreender os mecanismos de reprodução do racismo nos ambientes escolares digitais.

A metodologia adotada neste estudo é bibliográfica e documental, fundamentada em autores contemporâneos que discutem currículo, tecnologia, equidade racial e educação crítica. As fontes foram selecionadas nas bases SciELO e CAPES, com base em descritores como “educação antirracista”, “tecnologias digitais”, “inclusão digital” e “currículo escolar”.

O artigo está estruturado em sete capítulos. Após esta introdução, o segundo capítulo apresenta reflexões sobre o papel das tecnologias digitais na educação antirracista. O subcapítulo 2.1 discute a tensão entre resistência e reprodução do racismo no contexto digital. Os capítulos três, quatro e cinco aprofundam diferentes perspectivas sobre o tema, com base em autores diversos. O sexto capítulo apresenta os resultados e discussão, com análise crítica dos dados coletados. Por fim, as considerações finais apontam contribuições e desdobramentos possíveis para futuras investigações.

2 Metodologia

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem bibliográfica e documental. A investigação teve como finalidade analisar como as tecnologias digitais, quando mediadas criticamente, podem atuar como ferramentas pedagógicas para a promoção de uma educação antirracista. Essa escolha metodológica permitiu examinar obras teóricas e empíricas voltadas à interseção entre currículo, tecnologia e equidade racial, bem como refletir sobre as práticas escolares contemporâneas.

A metodologia adotada priorizou fontes indexadas nas bases de dados **SciELO** e **CAPES**, considerando a relevância e atualidade das publicações. Foram definidos os seguintes descritores para a busca: educação antirracista, tecnologias digitais, cultura digital, inclusão racial e currículo escolar. A combinação desses termos permitiu a localização de estudos que discutem criticamente a inserção das tecnologias nos espaços escolares sob a perspectiva da justiça racial.

A pesquisa bibliográfica foi escolhida como estratégia metodológica por permitir a construção de um panorama abrangente e analítico das discussões atuais. Segundo Sousa, Oliveira e Alves (2021), esse tipo de estudo possibilita compreender fenômenos educacionais a partir do diálogo entre diferentes autores e experiências, ampliando o escopo analítico da investigação. Já Grazziotin, Klaus e Pereira (2020) destacam que a pesquisa qualitativa se sustenta na profundidade da análise e na interpretação crítica dos dados, oferecendo subsídios relevantes para a compreensão das práticas sociais complexas, como aquelas relacionadas ao racismo estrutural na educação.

O corpus documental foi composto por sete artigos científicos selecionados conforme os critérios de: (i) pertinência temática com o objeto da pesquisa; (ii) publicação entre 2020 e 2025; (iii) análise da interseção entre tecnologia e relações raciais no contexto educacional. A seleção seguiu etapas rigorosas de leitura exploratória, triagem por relevância e análise textual, com foco na contribuição dos estudos para a construção do referencial teórico do artigo.

A análise dos dados seguiu critérios de recorrência temática, articulação teórica e originalidade das abordagens. Buscou-se identificar os principais desafios e possibilidades apontados pelos autores quanto ao uso das tecnologias digitais em uma perspectiva antirracista. Os textos foram lidos integralmente, destacando-se trechos significativos que tratam da reprodução do racismo, das práticas de resistência pedagógica e da formação docente crítica.

Conforme apontado por Martelli et al. (2020), o cruzamento de dados bibliográficos com fundamentos teóricos permite compreender os processos de exclusão e inclusão de forma mais aprofundada. A discussão dos resultados foi orientada por uma abordagem interpretativa, que considerou os contextos socioculturais em que as práticas analisadas estão inseridas.

A seguir, apresenta-se o Quadro 1, com a sistematização da quantificação dos artigos localizados e selecionados por base de dados.

Quadro 1 – Artigos Localizados e Selecionados por Base de Dados

Base de Dados	Artigos Localizados	Artigos Selecionados
SciELO	12	3
CAPES	17	4
Total	29	7

Fonte: Elaborado pelos autores

3 Tecnologia, Resistência e Reprodução do Racismo

A presença das tecnologias digitais na educação brasileira não pode ser compreendida sem considerar as contradições históricas que atravessam o sistema escolar. Embora apresentadas como soluções democráticas e inovadoras, essas ferramentas reproduzem, muitas vezes, as mesmas estruturas de exclusão racial que já marcam o cotidiano das escolas. A apropriação crítica das tecnologias exige, portanto, uma análise que considere tanto seu potencial emancipador quanto sua capacidade de intensificar desigualdades.

Os ambientes digitais escolares, ao mesmo tempo que ampliam o acesso à informação, podem funcionar como espaços de apagamento simbólico. Quando a escola utiliza plataformas e conteúdos que reforçam visões eurocêntricas e ignora as contribuições das culturas negras, ela contribui para a perpetuação do racismo estrutural sob novas roupagens. Gomes (2021) aponta que a invisibilização das identidades negras não se restringe ao currículo tradicional, mas se atualiza nas interfaces digitais, nos algoritmos e nas lógicas de consumo tecnológico.

A resistência, nesse contexto, se manifesta na forma como estudantes, professores e comunidades escolares criam estratégias para tensionar essas estruturas. A tecnologia, quando orientada por uma pedagogia antirracista, pode favorecer o protagonismo estudantil, a produção de narrativas contra-hegemônicas e a valorização das ancestralidades africanas. Nobre et al. (2025) enfatizam que essas ações só se tornam possíveis quando há intencionalidade política no uso das ferramentas digitais e compromisso com a equidade racial.

Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que as tecnologias também operam como mecanismos de reprodução de violências. As redes sociais escolares, por exemplo, podem ser palco de práticas discriminatórias, comentários ofensivos e disseminação de estereótipos. A

ausência de políticas institucionais que regulem e problematizem essas práticas reforça o ciclo de exclusão. Barro et al. (2023) destacam que o silêncio institucional diante do racismo digital constitui uma forma de conivência, que naturaliza a desigualdade e fragiliza a função formadora da escola.

A formação docente aparece como ponto crucial nesse debate. Sem preparo para identificar, mediar e combater o racismo nas plataformas digitais, muitos professores acabam reproduzindo discursos neutros ou evitando o enfrentamento das questões étnico-raciais. Santos, Santana e Romano (2025) defendem a necessidade de uma formação que vá além do domínio técnico das ferramentas e promova reflexões sobre branquitude, colonialidade e justiça social.

Além disso, a estrutura das plataformas educacionais frequentemente marginaliza conteúdos que dialogam com a realidade da população negra. Os algoritmos priorizam discursos majoritários, silenciando vozes dissidentes. Nesse cenário, a resistência digital se torna também um ato de criação: estudantes e professores precisam ocupar os espaços digitais com produções próprias, que rompam com o padrão normativo e promovam visibilidade às subjetividades negras.

A reprodução do racismo na cultura digital escolar não é apenas um reflexo da sociedade, mas também resultado das escolhas pedagógicas e das omissões institucionais. Para enfrentar esse desafio, é necessário tensionar as práticas cotidianas da escola, questionar os conteúdos difundidos pelas plataformas e construir alternativas que dialoguem com a realidade dos estudantes negros.

É nessa perspectiva que a resistência assume caráter educativo e político. Ao transformar o uso da tecnologia em uma ferramenta de denúncia, criação e valorização identitária, a escola reafirma seu papel como espaço de construção de cidadania. O próximo capítulo explorará como essas práticas podem ser implementadas a partir de experiências escolares concretas, apontando caminhos para uma inclusão digital verdadeiramente antirracista.

3.1 Resistência Escolar e Letramento Racial Digital

A resistência ao racismo, dentro e fora da escola, exige uma atuação intencional, contínua e articulada com os desafios da contemporaneidade. No contexto digital, essa resistência ganha novos contornos e demanda a construção de um letramento racial específico, capaz de identificar, problematizar e transformar as estruturas que sustentam a exclusão racial. A escola, como espaço de formação crítica, possui papel estratégico na promoção desse letramento, que deve ser incorporado de maneira transversal às práticas pedagógicas.

Ferreira et al. (2025) indicam que o currículo digital pode contribuir para a formação de sujeitos críticos e conscientes de suas identidades raciais, desde que mediado por educadores comprometidos com a justiça social. Não se trata apenas de inserir conteúdos sobre a cultura afro-brasileira nas plataformas de ensino, mas de promover experiências que envolvam escuta, autoria e reconhecimento das trajetórias negras nos ambientes digitais.

O letramento racial digital pressupõe que estudantes sejam preparados para decodificar as linguagens do racismo nas mídias, questionar os algoritmos que invisibilizam suas realidades e criar conteúdos que expressem suas vivências. Esse processo formativo não pode ser delegável à tecnologia, tampouco à espontaneidade das interações online; ele precisa ser conduzido com intencionalidade pedagógica e sensibilidade ética.

A escola, nesse sentido, precisa assumir seu papel como mediadora de experiências digitais significativas, que promovam a valorização das ancestralidades, o combate aos estereótipos e o fortalecimento das identidades negras. Conforme observa Barro et al. (2023), a resistência digital escolar ocorre quando há rupturas com a lógica de neutralidade tecnológica e adesão a práticas de valorização da diversidade cultural como princípio educativo.

Estudantes negros que dominam os códigos das linguagens digitais, quando apoiados por um ambiente pedagógico que os escuta e os reconhece, tornam-se agentes de transformação. A criação de podcasts, blogs, vídeos e redes sociais escolares pode ser direcionada para a denúncia do racismo, a celebração das histórias afro-brasileiras e a articulação de saberes comunitários. Essas práticas, embora simples em sua forma, têm potência política quando estruturadas sob uma lógica antirracista.

O letramento racial digital também demanda uma mudança nos processos de avaliação e reconhecimento escolar. A valorização de projetos autorais, o incentivo à participação em redes de comunicação crítica e o respeito às múltiplas linguagens contribuem para a construção de uma escola que acolhe e amplia a potência dos sujeitos negros. Para isso, é essencial que os docentes estejam preparados para reconhecer essas produções como parte legítima do processo educativo.

Apesar dos avanços, muitos profissionais da educação ainda relatam insegurança diante do uso pedagógico das tecnologias digitais em perspectiva antirracista. É necessário ampliar as formações continuadas que abordem, de maneira prática e crítica, as intersecções entre raça, currículo e cultura digital. Sem esse preparo, o risco é de que a tecnologia seja usada de forma superficial, perdendo sua força de ruptura e transformação.

O letramento racial digital, portanto, não é apenas um conteúdo a ser ensinado, mas uma competência a ser vivida, construída coletivamente no cotidiano escolar. Ele exige o deslocamento do olhar, a escuta atenta das juventudes negras e o compromisso com uma educação que transcenda os muros da escola e alcance os territórios digitais. No próximo capítulo, discutiremos como essas práticas podem ser ampliadas por meio de políticas públicas voltadas à equidade racial na cultura digital.

3.2. Políticas Públicas, Currículo e Justiça Racial na Cultura Digital

A efetivação de uma educação antirracista mediada por tecnologias exige mais do que iniciativas isoladas no interior das escolas: requer políticas públicas robustas, articuladas e contínuas. A ausência de diretrizes nacionais que orientem o uso da tecnologia em favor da equidade racial compromete os esforços pedagógicos locais e fragiliza o combate ao racismo estrutural no ambiente escolar.

Embora haja avanços legislativos, como a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira, o currículo digital ainda carece de normativas que integrem essas exigências aos recursos tecnológicos utilizados em sala de aula. Nobre et al. (2025) ressaltam que a fragmentação entre as políticas de inclusão digital e as de equidade racial resulta em práticas escolares desarticuladas e, muitas vezes, despolitizadas.

A proposta de um currículo que incorpore as tecnologias digitais a partir de uma perspectiva antirracista envolve pensar o conteúdo, a forma e a linguagem como dispositivos de poder. Isso significa revisar os materiais didáticos digitais, os bancos de dados escolares e os

algoritmos das plataformas educacionais. Ferreira et al. (2025) apontam que a exclusão racial não é apenas uma questão de acesso, mas também de representação e visibilidade nos conteúdos digitais.

Os programas governamentais voltados à inovação tecnológica, como os projetos de conectividade nas escolas públicas, precisam ser reavaliados à luz da diversidade cultural brasileira. A equidade racial deve ser critério para a formulação dessas ações, garantindo que estudantes negros, quilombolas e indígenas tenham acesso a recursos que respeitem suas identidades e promovam pertencimento.

Além disso, políticas intersetoriais são fundamentais para garantir que as tecnologias digitais estejam associadas a projetos pedagógicos comprometidos com a justiça social. Barro et al. (2023) defendem que a escola não pode ser vista apenas como espaço de implementação técnica, mas como território de disputas e construção de cidadania.

O currículo digital antirracista precisa ser vivo, situado e conectado com as realidades dos estudantes. Isso inclui a criação de materiais que contemplem as línguas, os saberes e as narrativas afro-brasileiras, bem como a formação de redes colaborativas entre escolas, universidades e comunidades. A tecnologia, nesse sentido, não é fim, mas meio para a construção de uma educação mais justa.

Para que isso se concretize, o Estado deve assumir seu papel como promotor da equidade, investindo em infraestrutura, formação de professores e produção de conteúdos digitalmente acessíveis e culturalmente diversos. A seguir, o Capítulo 5 discutirá os desafios e possibilidades da formação docente nesse processo de transformação curricular.

3.3. Formação Docente e Práticas Antirracistas no Uso das Tecnologias

A formação de professores para o uso pedagógico das tecnologias digitais em perspectiva antirracista é um dos principais desafios enfrentados pelas escolas públicas brasileiras. Embora muitos educadores reconheçam a importância da temática racial, a ausência de uma preparação específica os impede de utilizar os recursos tecnológicos de forma crítica e transformadora.

Conforme apontado por Gomes (2021), a formação inicial ainda trata o racismo de forma pontual, muitas vezes limitada à legislação ou às datas comemorativas. Essa lacuna se agrava quando se trata de integrar tais reflexões ao uso da tecnologia, que costuma ser abordado de maneira técnica e descontextualizada. O resultado são práticas pedagógicas que reforçam a invisibilidade das identidades negras ou que utilizam plataformas digitais sem qualquer questionamento sobre seus vieses raciais.

A formação continuada se apresenta, nesse contexto, como um campo estratégico para a construção de práticas docentes que articulem tecnologia e equidade racial. Nobre et al. (2025) defendem que os cursos voltados ao uso das TICs devem incluir discussões sobre branquitude, representatividade e justiça curricular. Não se trata apenas de aprender a operar ferramentas, mas de compreender seus impactos simbólicos e políticos.

Professores que desenvolvem práticas antirracistas com apoio da tecnologia relatam ganhos significativos na participação dos estudantes e na produção de conteúdos mais representativos. A escuta ativa, o uso de linguagens multimodais e a valorização das narrativas negras são estratégias

que favorecem o engajamento e o reconhecimento dos sujeitos escolares como produtores de conhecimento.

Para isso, é fundamental que os espaços formativos sejam dialógicos, colaborativos e contextualizados. A valorização das experiências dos docentes, o compartilhamento de práticas bem-sucedidas e o apoio institucional são condições essenciais para o desenvolvimento profissional. Ferreira et al. (2025) reforçam que a formação docente precisa ser compreendida como política pública e direito, não como responsabilidade individual.

O enfrentamento ao racismo nas práticas digitais também exige que os professores tenham acesso a materiais didáticos diversos, plataformas seguras e ambientes digitais que respeitem a pluralidade dos estudantes. Sem essas condições, mesmo os educadores mais comprometidos enfrentam barreiras para promover uma educação verdadeiramente inclusiva.

4 Considerações finais

A relação entre tecnologias digitais e inclusão racial no contexto escolar brasileiro apresenta um campo fértil de disputas, possibilidades e desafios. Este estudo teve como objetivo geral analisar como as tecnologias digitais podem ser utilizadas como ferramentas pedagógicas na promoção de uma educação antirracista. A partir de uma abordagem bibliográfica e documental, foi possível refletir criticamente sobre as tensões entre reprodução do racismo e práticas de resistência no ambiente digital escolar.

As análises evidenciaram que, embora as tecnologias ofereçam oportunidades de expressão e autoria para estudantes negros, sua apropriação nas escolas ainda é marcada por invisibilizações e ausências. O uso pedagógico das TICs, sem uma mediação crítica, pode reforçar estruturas racistas ao silenciar saberes afro-brasileiros e priorizar narrativas hegemônicas. O letramento racial digital surge, portanto, como um caminho necessário para reconfigurar essas práticas, ampliando o protagonismo estudantil e valorizando a diversidade cultural.

A formação docente revelou-se um elemento central para a efetivação de práticas antirracistas mediadas por tecnologia. Não basta dominar as ferramentas: é preciso compreender os sentidos que essas tecnologias carregam e as disputas que as atravessam. Políticas públicas que integrem currículo, tecnologia e justiça racial são urgentes para que a escola se torne, de fato, um espaço de emancipação.

Além disso, as análises permitiram compreender que o ambiente digital não é neutro. Ele opera com base em algoritmos e lógicas de visibilidade que frequentemente excluem corpos, linguagens e narrativas negras. Nesse contexto, cabe à escola tensionar esses mecanismos e criar espaços onde os estudantes possam se reconhecer, se expressar e construir coletivamente novos saberes.

Este estudo contribui para o campo da educação ao evidenciar a importância de articular as dimensões tecnológica e racial no cotidiano pedagógico. A resistência ao racismo no ambiente digital não depende apenas de dispositivos, mas da coragem política de reimaginar a escola como espaço de denúncia, criação e transformação. A tecnologia, usada criticamente, pode ser aliada nessa travessia.

Referências

- BARROS, M. J. de; LIMA, P. P. de; OLIVEIRA, D. M. P. de; ARCANJO, C. F.; OLIVEIRA, L. C. F. de; PEREIRA, S. S. M. Inclusão digital e educação: equidade e acesso. ResearchGate, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Presleyson-Lima/publication/375820506_Inclusao_Digital_e_Educacao_equidade_e_acesso/links/6562a7ea3fa26f66f4282975/Inclusao-Digital-e-Educacao-equidade-e-acesso.pdf. Acesso em: 22 ago. 2025.
- FERREIRA, E. T.; OLIVEIRA, Z. M. de; SOUSA ALMEIDA, A. T. de; ZANCANELLI, S. H. M.; SILVEIRA, M. V. N.; BARREIROS, C. P.; CRESTON, K. E. O. Currículo, tecnologia e raça: desafios da igualdade racial na cultura digital escolar. Cuadernos de Educación y Desarrollo, v. 17, n. 5, e8478, 2025. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/8478>. Acesso em: 22 ago. 2025.
- GOMES, N. L. A escola no combate ao racismo: reflexões sobre currículo e formação docente. Revista Brasileira de Educação, v. 26, e260088, 2021.
- GRAZZIOTIN, L. F.; KLAUS, V. D.; PEREIRA, C. F. Educação e tecnologias digitais: práticas pedagógicas críticas na formação de professores. Revista Educação e Tecnologia, v. 25, n. 3, p. 117-135, 2020.
- MARTELLI, T. A. et al. Desigualdade racial e digital: interseções entre tecnologia, exclusão e políticas educacionais. Cadernos de Educação, v. 39, n. 2, p. 345-362, 2020.
- NOBRE, K. M. P. R.; BATEMARQUE, K. P.; TEODORO, M. A.; LÁUAR, C. L.; NASCIMENTO, M. A. R. de M.; DIETZ, S. R. M. P.; SILVAR, A. D. L. da. Incluir é ativar: metodologias no ensino técnico com equidade étnico-racial. Missioneira, v. 27, n. 5, p. 217-231, 2025. Disponível em: <https://cemipa.com.br/revistas/index.php/missioneira/article/view/173>. Acesso em: 22 ago. 2025.
- SANTOS, B. S.; SANTANA, T. N. da S.; ROMANO, S. M. V. Inovação tecnológica e a inclusão escolar: o caminho para a equidade. Revista Processando o Saber, v. 17, p. 133-148, 2025. Disponível em: <https://www.fatecpg.edu.br/revista/index.php/ps/article/view/386>. Acesso em: 22 ago. 2025.
- SOUSA, M. F.; OLIVEIRA, L. C.; ALVES, G. S. Formação de professores, currículo e relações étnico-raciais: interfaces com a tecnologia. Revista Reflexão e Ação, v. 29, n. 1, p. 144-162, 2021.